

Resenha

RUIZ, Castor M. M. Bartolomé. 2006. *As encruzilhadas do humanismo: a subjetividade e a alteridade ante os dilemas do poder ético*. Petrópolis, Vozes, 240 p.

Desde a publicação de *Os paradoxos do imaginário* (2003) e *Os labirintos do poder* (2004) que podemos identificar o tema central da pesquisa do professor Castor M. M. Bartolomé Ruiz com o problema do sujeito em sua experiência sócio-histórica, seu modo de ser político.

Hoje, igualmente importante é a continuidade desta reflexão que aparece em seu mais recente trabalho *As encruzilhadas do humanismo: a subjetividade e a alteridade ante os dilemas do poder ético*. Na atmosfera de suspeitas e sutis evitações dos humanismos que a derrocada do humano no século XX ensejou, reacender tal discussão na filosofia implica uma das virtudes do texto e seu autor, erudição e rigor. O texto propõe o humano como uma sucessão de encruzilhadas constituídas de paradoxos, cada um dos quais pretendendo, na verdade, recolocar os termos do condicionamento (limite) e da liberdade (indefinição) no humano.

A primeira e mais geral das encruzilhadas que o livro propõe é aquela em que o ser humano se encontra ora como sujeito de liberdade, ora como produto histórico. Identificar o ser humano plenamente com a liberdade significa negar o paradoxo de uma subjetividade que conhece, mas que não pode se esgotar em conhecimento de si, e diminuir a tensão *logos versus* símbolo descrita pelo autor desde a inultrapassável dimensão simbólica do *logos*. Esta impossibilidade de definir-se pelo conhecimento remete à historicidade que possui o sujeito na cultura, mas nela também está presente o paradoxo da criação humana do sentido que contém a história. Identificar o ser humano com um produto histórico significa encobrir sua potencialidade criadora que permite a história, mas a ultrapassa: o modo pré-histórico e a vocação trans-histórica do humano. A encruzilhada da liberdade e da historicidade transmuta-se no paradoxo do finito que deseja o infinito.

Diante das encruzilhadas na experiência humana que o livro descreve e dos paradoxos que refletir sobre ela põe ao pensamento, o humanismo é proposto pelo autor como *agon* – embate irresolúvel entre a racionalização finita e a possibilidade criativa desejante do infinito. O humano é saber, sentir e fazer; ele é *logos*, *pathos* e *praxis*, mas é também, e ao mesmo tempo, criação de si porque criação do mundo como sentido valorativo do mundo; o *ethos* humano (natureza e ação) é *autopoiesis*.

O texto constrói uma ontologia que parte da diferenciação entre vida e vida humana calcada nas atribuições de valor, criação cultural e significação (símbolo e *logos*) para esta última e que conduz à rejeição do essencialismo em favor da historicidade como potencialidade criadora. A novidade está em o autor identificar o específico da vida humana com a habilidade “técnica” de criar no sentido estético

e artístico seu modo de vida humano a partir do material oferecido pela circunstancialidade, pelas circunstâncias da superfície da experiência onde se produz praticamente o sentido como história. No centro desta discussão está uma grande contribuição do livro para se pensar a historicidade do humano fora de qualquer redução determinista ou diluidora do individual na experiência social. Para Ruiz, em momento algum a *praxis* pode ser substituída ou antecipada por uma condição de possibilidade: a *praxis*, que é sempre individual, é a potencialidade da possibilidade sócio-histórica, do sentido.

Esta descrição do humano prepara para o segundo momento do livro, que consiste em pensar os dilemas que afetam a subjetivação como vir a ser do sujeito em seu autoconstituir-se e a sua experiência ético-subjetiva, onde terá destaque o lugar da alteridade. O verdadeiro poder da autonomia como *autopoiesis*, para Ruiz, é ser virtuosa: *enkrateia* (autodomínio), *sophrosyne* (temperança) e *phronesis* (discernimento), e este poder de se fazer uma subjetividade não ultrapassa, para o autor, os limites clássicos da ética referida ao *ethos* grego, especificamente aristotélico. Mas Ruiz pergunta-se: como o saber, em que estão amparadas – ainda que não identificadas ou reduzidas – aquelas três virtudes, sabe que é poder e não tirania? Como este saber sabe que não está confinado em sua significação e empoderamento do/no mundo? Aqui entrará a categoria da alteridade que compreende o mundo, a vida e os outros humanos. Esta alteridade servirá de critério/juízo para o saber saber de seus limites e de sua humanidade ou não; a alteridade será o critério de amparo para a prática virtuosa. Será humana, portanto possível de ser exigida universalmente, aquela prática que assegure, de forma incondicional, a integridade físico-natural e simbólica de toda alteridade.

Uma grande encruzilhada, constituída por outras tantas e feitas todas de paradoxos, conduz o autor na exposição da sua tese fundamental: o específico do humano está no sentido de humanidade que ele cria para diferenciar-se e responsabilizar-se pelo criado. Um texto provocador em suas opções e afirmações, mas que abre a, pelo menos, uma outra pergunta sobre a suficiência do critério e do desejo de subjetivação para proteger o poder da tirania.

Não é o poder, em suas múltiplas formas, um tirano travestido de sentido?

Giovana Dalmás
 Profa. de Filosofia da UCS
 giovanadalmás@terra.com.br